

ESCOLA CRÍTICA E POLÍTICA CULTURAL¹

Miriam Mattos²

Os debates em torno das questões educacionais e suas implicações sociais têm avançado nos últimos anos, adquirindo maior amplitude e possibilidade de transformação social desde que ultrapassaram a fase de interpretações reducionistas e alcançaram um patamar de análise mais complexo, ou seja, desde o momento em que, a partir da crítica, começaram a brotar as primeiras propostas.

Na década de 1970, a escola passou a ser alvo de duras acusações por parte de uma corrente de pensadores chamada *crítico-reprodutivista*. Desses estudos, surgiram valiosas análises sobre o papel da

escola como reprodutora do sistema social, que desmascararam os mecanismos pelos quais a mesma contribui para manter um quadro de injustiça e desigualdade social. No entanto, apesar de ter deixado um importante legado, essa tendência acabou por gerar um pessimismo tão grande entre os educadores que resultou em apatia, desesperança e falta de perspectivas.

Após esse período de críticas arrasadoras, entretanto, alguns autores começaram a lançar um novo olhar sobre a escola, partindo de uma ótica dialética que permitiu novas abordagens, isto é, perceberam que, dentro da escola, existe um confron-

¹ Resenha da obra de GIROUX, Henry. *Escola crítica e política cultural*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1992, 104p. Trabalho apresentado na disciplina de Teorias da Educação, do curso de mestrado em Educação da Universidade de Passo Fundo.

² Psicóloga do Centro Especializado de Assistência ao Educando – Ceae – da 6ª Delegacia Regional de Saúde; mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo, RS.

to de forças permanente em que tanto a classe dominante quanto a classe dominada buscam expressão e espaço.

Tal visão tem sido fundamental para mobilizar os educadores no sentido de fazê-los assumir papel ativo no cenário educacional, conscientes das “amarras” que os sufocam, mas também das forças de resistência que esse produz. É uma concepção que tem sido defendida por diversos estudiosos, dos quais se destaca Henry Giroux, com sua proposta de pedagogia radical como forma de política cultural.

Giroux é um norte-americano que escreve sobre a situação da escola pública nos EUA, tendo publicado, entre outros, o livro *Critical schooling and cultural politics*, em 1987, que foi editado no Brasil sob o título *Escola crítica e política cultural*. Trata-se de um estudo acessível, embora profundo, que descreve o contexto da educação em seus múltiplos aspectos, dos quais se salientam aqui os mais significativos.

O objetivo do autor é explicitado logo de início, quando diz: “Quero defender o ponto de vista de que os educadores radicais precisam construir uma linguagem que considere os professores como intelectuais transformadores, a escola como esfera de oposição e a pedagogia radical como uma forma de política cultural” (p.8).

No primeiro capítulo, aborda o papel do educador, contextualizando a situação do trabalho docente na escola pública. Denuncia a proletarianização do magistério, a perda de poder para os especialistas e o fato de o professor ter se tornado um mero executor de programas educacionais preconcebidos.

A origem desse processo estaria no desenvolvimento das ciências sociais, con-

forme o modelo positivista das ciências naturais, que gerou um modo de enfrentamento dos problemas sociais e econômicos que favorece os interesses corporativos liberais. Daí surge o uso da racionalidade técnica dentro da escola, que preconiza a padronização do conhecimento e leva à desvalorização do trabalho intelectual crítico. Os professores passaram a ser treinados por especialistas, por meio de métodos behavioristas, e a escola passou a ser administrada conforme a teoria organizacional de gerenciamento de negócios. Foram implantados os princípios da eficiência, hierarquia, controle e burocratização, que impedem a efetiva participação dos docentes e que fundamentam uma concepção pedagógica falsa, na qual “todos os alunos podem aprender a partir dos mesmos materiais, pedagogias e formas de avaliação” (p.19).

Contrapondo-se a essa desqualificação do magistério, Giroux propõe que os professores sejam considerados intelectuais, ou seja, capazes de definir os propósitos e as condições de escolarização; de questionar e reformular as condições econômicas e ideológicas que os impedem de assumir uma postura transformadora e de considerar a teoria educacional como um discurso político pelo qual se pode gerar espaço para a luta contra a subordinação social.

Buscando uma definição para *intellectual*, o autor recorre às concepções de Gramsci, estudioso que investiga a função social dos intelectuais na sociedade e destrói o mito da neutralidade, esclarecendo sua natureza política. Partindo das quatro categorias de intelectuais propostas por Gramsci, Giroux entende que os educadores podem atuar como:

- a) intelectuais transformadores quando tornam a atividade pedagógica mais política, transformando a escola num espaço de reflexão crítica em que os alunos se apropriam do conhecimento para mudar suas condições de vida, de tal forma que à linguagem da crítica una-se a linguagem da possibilidade;
- b) intelectuais críticos quando realizam a denúncia do sistema escolar como reproduzidor da ideologia dominante, mas não se engajam num projeto social, mantendo-se distantes, em prol da “neutralidade científica”;
- c) intelectuais adaptados quando, mesmo sem terem consciência disso, sustentam a ideologia dominante, respaldados numa falsa objetividade científica;
- d) intelectuais hegemônicos quando, conscientemente, assumem uma liderança intelectual que fornece subsídios para a classe dominante manter o *status quo*.

Detendo-se na situação do educador como intelectual transformador, Giroux aponta a tensão em que o mesmo se encontra, pelo fato de questionar e de se opor à sua própria instituição, e sugere que é justamente nesse campo de conflito que pode surgir o discurso da crítica e da possibilidade, que se constitui por meio de duas posturas: a postura do questionamento das formas contraditórias que o poder assume na escola, da relação entre linguagem e poder nos diversos níveis de escolarização e da relação entre as culturas populares e as formas dominantes de escolarização, e

a postura de engajamento, no sentido de assumir compromisso com projetos sociais transformadores.

A linguagem da possibilidade existe quando é vivida concretamente dentro e fora da sala de aula, legitimando e debatendo a cultura popular e proporcionando novas experiências aos estudantes. O autor enfatiza a necessidade de uma pedagogia emancipatória que fortaleça alunos e professores na luta por uma sociedade democrática.

No segundo capítulo, Giroux decompõe o discurso conservador e o discurso liberal sobre educação, justificando a pedagogia radical como alternativa para a prática educacional. Examinando as interpretações feitas pelos conservadores e pelos radicais, o autor conclui que ambos simplificaram o cotidiano escolar com base na teoria reprodutiva, desconhecendo seu caráter dialético.

Os teóricos radicais são os que julgam a escola um instrumento da classe dominante, porém não avançam no sentido de sugerir alternativas, simplesmente porque não vêem alternativa alguma. Estabelecem, assim, uma lógica derrotista que acaba por confirmar a dominação. O que não percebem é que o discurso existente na escola não é hegemônico, ao contrário, apresenta contradições e conflitos que possibilitam o surgimento de ações transformadoras. A essa falta de hegemonia Giroux chamou de *polifonia de vozes*.

Os conservadores, por outro lado, entendem que a escola deve realmente transmitir o conhecimento objetivo, cujo valor e conteúdo são preestabelecidos, sem a participação do professor e do aluno, o que, na verdade, constitui uma violência

simbólica exercida sobre ambos. Por trás de um aparente respeito às culturas diferentes e da defesa do igualitarismo, nega-se a existência de relações sociais assimétricas. Os conservadores expressam um pensamento positivo e um otimismo que legitimam “uma visão falsa e especialmente ‘feliz’ da civilização ocidental” (p.67).

Já o discurso liberal pode ser compreendido considerando-se três tendências básicas que concebem a prática educacional:

- a) a ideologia da privação cultural, pela qual a educação visa compensar ou enriquecer os estudantes, uma vez que suas experiências e sua cultura são desprivilegiadas;
- b) a pedagogia das relações cordiais, que sustenta a necessidade de manter os alunos felizes, mesmo que isso signifique rebaixar o nível de ensino;
- c) a pedagogia centrada na criança, que se fundamenta numa psicologia individualizante, em que o professor usa de amor e empatia para promover o autocontrole e as relações harmoniosas.

Giroux entende que tanto as teorias conservadoras quanto as liberais constituem discursos educacionais dominantes porque separam a cultura das relações de poder, ignorando o papel da escola como reprodutora da ideologia da opressão e sendo incapazes de reconhecer a resistência dos professores e alunos.

Feita a crítica dessas teorias, o autor apresenta sua proposta de pedagogia radical como forma de política cultural,

apoiando-se nas idéias de Bakhtin e Paulo Freire. De Bakhtin extrai subsídios para a “análise de como as pessoas concebem valores e operam a partir de diferentes níveis de discurso” (p.81), destacando o significado pedagógico do diálogo crítico. Em Paulo Freire, encontra “uma visão de linguagem e de cultura na qual o diálogo e o significado estão fortemente unidos a um projeto social que enfatiza o primado político” (p.81).

A pedagogia da política cultural de Giroux compreende a escola com base em uma visão dialética, pela qual, concomitantemente, incorpora-se a ideologia e abre-se espaço para a contestação. Para que seja transformadora, essa pedagogia deve investigar:

- a) o discurso da produção, observando as condições de trabalho do professor, decorrentes de forças estruturais externas à escola e que interferem no seu dia-dia;
- b) o discurso da análise de texto, procurando esclarecer no material curricular suas contradições, lacunas, política interna, etc.;
- c) o discurso das culturas vividas, examinando como os indivíduos dão significado à experiência vivida a partir da escuta da voz da escola, do estudante e do professor. A voz do professor, especialmente, tanto pode marginalizar quanto contribuir para a emancipação social dos estudantes, o que comprova o caráter político da prática educacional e a necessidade de questioná-la permanentemente quanto ao seu projeto social.

Em síntese, Giroux defende a possibilidade de se desenvolver uma teoria crítica da estrutura e da ação que viabilize uma linguagem educacional radical e de oposição em favor da escola pública democrática, proposta que interessa sob vários aspectos a qualquer leitor preocupado com a educação.

Inicialmente, desmistifica a educação pública americana a tal ponto que a situação descrita se aproxima da vivida pela escola pública brasileira, o que permite que nos reconheçamos no texto em vários momentos e que o aproveitemos naquilo que é compatível para a análise de nossa realidade.

O estudo sobre as consequências causadas pela pedagogia gerencial esclarece muito sobre o contexto educacional que vivenciamos, seja como alunos, seja como professores. A relação feita entre a atividade dos especialistas e a proletarianização do magistério também é de grande importância para nós, psicólogos escolares, que estamos cada vez mais investidos desse papel diante de pais, alunos e professores.

A estratégia fundamental da obra, que consiste em considerar o professor como intelectual, é a maior contribuição de Giroux, pois permite reestruturar o trabalho docente, revitalizando-o. Ao reafirmar em todo o texto a dimensão política da educação, o autor está resgatando e dignificando o valor da escola e dos educadores, atitude fundamental nos dias de hoje, em que o conformismo e o sentimento de impotência imobilizam muitos professores. Embora não negue o compromisso da escola com a ideologia dominante, aponta espaços de luta, localizando também, fora da escola, elementos que podem fortalecê-la, tais como os movimentos sociais.

Também é oportuna a avaliação das pedagogias liberais que ainda estão presentes na prática pedagógica, servindo-nos de alerta frente a propostas aparentemente igualitárias e democráticas. Nesse sentido, a crítica ao pensamento positivo nos ajuda a compreender as implicações sociológicas do mesmo em outras áreas, como, por exemplo, nos livros de auto-ajuda de conteúdo eminentemente individualista e apolítico, que têm ampla divulgação atualmente.

Cabe, ainda, apontar que a escolha da expressão *linguagem da possibilidade* mostra-se extremamente rica porque *linguagem* supõe troca, diálogo, posicionamento, ou seja, uma “via de mão dupla”, para não dizer dialética. E a palavra *possibilidade* sugere que essa pedagogia é possível, mas que não está feita, pronta, definida, ou seja, o autor oferece esperança e ânimo, mas também instiga e desafia.

Num texto coerente com sua proposta democrática, Giroux evita a linguagem sexista, assumindo abertamente sua postura política, escrevendo na primeira pessoa e expondo suas emoções quando manifesta sua energia, sua coragem, sua preocupação social. Enfim, parece se aproximar muito de sua concepção de um educador transformador.

Portanto, é inegável a contribuição deste livro para o estudo das teorias da educação, despertando no leitor o desejo de conhecer outras publicações do mesmo autor.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

GIROUX, Henry. *Escola crítica e política cultural*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1992.